

# O SUJEITO ÉTICO NUM MUNDO GLOBALIZADO (The ethical citizen in a globalized world)

**Vincenzo Di Matteo**

Professor Adjunto do Departamento de Filosofia da UFPE

**Resumo:** A Comunicação parte de uma pergunta que seria o título dado por Lacan à segunda de duas conferências pronunciadas a Bruxelas, em março de 1960, sobre a ética da psicanálise: “Será a psicanálise constituinte para uma ética que seria aquela de que nosso tempo necessita?” Para respondê-la será retomado, sinteticamente, o pensamento ético de Lacan no *Seminário VII*: a desconstrução dos principais paradigmas éticos do Ocidente - a ética do bem (Aristóteles), do amor (cristianismo), do dever (Kant) e do útil (Bentham) -; a proposta da ‘nova’ ética do desejo de que a psicanálise seria portadora. Em seguida, confrontando o contexto de produção dessas idéias com o nosso, perguntaremos pela validade e pelos limites dessa proposta num mundo globalizado.

**Palavras chaves:** Ética – Psicanálise – Lacan – Globalização.

**Abstract:** This communication comes from a question about Lacan's title to the second of the two lectures he pronounced in Brussels, in March 1960, concerned to ethics in Psychoanalysis: "is psychoanalysis constitutive of the ethics required for our time?" To answer this question, we go back, in a synthetic path, to the ethical thought of Lacan in *Seminar VII*: the deconstruction of the main ethical paradigms of the Western - the ethics of good (Aristotle), of love (Christianity), of duty (Kant), of utility (Bentham) -; in the name of a new ethics of will, brought by psychoanalysis. Afterwards, we try to bring a confrontation between the production of these ideas with our ideas, as to the validity and limits of this proposition in the present world.

**Keywords:** Ethics – Psychoanalysis – Lacan – Globalization

O título deste artigo não é fruto de uma ousadia tresloucada de seu autor. É mais a expressão de um desejo: o de apropriar-se de um legado, da paixão de Lacan pelo sujeito ético, conforme nos confessa na primeira das duas Conferências pronunciadas a Bruxelas, em março de 1960 (Lacan 2005a, p.16) e do título dado à segunda dessas Conferências: *A Psicanálise é Constituinte da Ética Exigida para o Nosso Tempo?* (2005b, pp.37-54). Para responder à pergunta, que Lacan se colocou na época, será retomado, sinteticamente, o pensamento ético desenvolvido no *Seminário VII*. Desdobrarei minha apresentação em quatro questões: Por que congelar o pensamento ético de Lacan ao *Seminário VII* se a paixão pelo ‘sujeito ético’ lhe é anterior e teve desdobramentos posteriores? Afinal o que Lacan entende com a expressão “a ética da psicanálise”? Trata-se da ética que deve presidir apenas a clínica psicanalítica ou de uma nova proposta ética dirigida ao homem contemporâneo? Em que consiste a novidade da ética do desejo que Lacan

contrapõe a alguns paradigmas filosóficos do Ocidente? Em que sentido *O Seminário VII* reflete um contexto psicanalítico e sócio-cultural tão diferente do nosso contemporâneo a ponto de se justificar a pergunta pela validade e limites da proposta ética lacaniana?

## 1. O Livro que Lacan Gostaria de Ter Escrito

A preocupação de Lacan com a ética não é tardia. Encontra-se já no início de seu ensino ao tentar fornecer um estatuto científico para a subjetividade diante da dupla carência que imperava no meio psicanalítico: a falta de teoria consistente e uma prática perigosamente comprometida com a demanda de felicidade e adaptação social por parte dos clientes. É, portanto, um problema epistemológico e, ao mesmo tempo, ético que o levou a denunciar “os desvios” de uma prática terapêutica, perpassada pela ideologia da teoria do *eu autônomo*, na Inglaterra e na América, que comprometia, portanto, a revolução freudiana da subjetividade e da ética.

No *Seminário VII*, tematiza o problema ético e se pergunta “pelas incidências éticas da psicanálise, da moral que esta pode sugerir, pressupor, conter e, talvez, de um passo adiante, grande audácia, que ela nos permitiria efetuar referente ao domínio moral” (Lacan 2005, p.14). Tudo indica que, na época, quisesse publicar um livro sobre a ética da psicanálise. Mais tarde, em 1972-73, no *Seminário XX: Mais Ainda* (1985, p.9), confessa as razões que o levaram a desistir da idéia:

Me aconteceu não publicar *A Ética da Psicanálise*. Naquele tempo, era em mim uma forma de polidez [...]. Com o tempo, aprendi que podia dizer sobre isto um pouco mais. E, depois percebi que o que constituía meu caminhar era da ordem do *não quero saber de nada disso*.

É sem dúvida, isto que, com o tempo, faz com que *ainda* eu esteja aí, e que vocês também, vocês estejam aí.

Decorridos quase meio século daquele Seminário, nós *ainda* estamos aí, de alguma maneira presos a um texto que exerceu uma influência seminal nas reflexões posteriores nessa interface de Filosofia e Psicanálise. Ao mesmo tempo, porém, *queremos saber mais sobre isso*, considerando que, em vários aspectos, nosso contexto cultural já não é mais o mesmo daquele de Lacan. Não se trata, portanto, de pura e simplesmente repetir aforismos lacanianos e sim de interpretá-los a partir de nossa contemporaneidade. Ele mesmo nos incita a ir além de seu ‘ensino’ ao afirmar: “quer se trate do simbólico, do significante ou do desejo, nenhum desses termos, no fim de contas, jamais poderá servir, pelo meu procedimento, de amuleto intelectual para quem quer que seja” (Lacan 1988, p.305).

Justificada a escolha privilegiada do *Seminário VII* para testar até que ponto a grade teórica da psicanálise pode dar conta dos problemas éticos de um mundo globalizado, resta ainda mostrar a viabilidade de tal empreendimento. Afinal, a ética da psicanálise de que fala Lacan é uma ética que regula apenas o desejo do

analista e do analisando, uma ética para poucos e representada pela heroína Antígona, ou também uma ética do social e do homem comum representado por Creonte, conforme a leitura lacaniana da tragédia de Sófocles?

## 2. Uma Ética ou Duas Éticas?

Por certos aspectos, parece evidente que Lacan quer apresentar a Psicanálise como uma nova proposta ética para o homem contemporâneo. Não é apenas o título do Seminário e das duas Conferências de Bruxelas (Lacan 2005a, 2005b) que sugerem isso. No próprio texto do Seminário, há várias passagens nas quais está tematizada a relevância para nossa cultura dessa perspectiva psicanalítica na abordagem da problemática ética. Está convencido de que a confrontação da ética de inspiração psicanalítica com algumas ‘referências’ paradigmáticas (cf. 1988, p. 49) permitirá detectar “o que a obra de Freud e a experiência da psicanálise que dela decorre trazem de novo” (1988, p.9).

De novo relativo, de modo geral, *ao momento histórico em que nos encontramos* e, em particular, à experiência psicanalítica.

No entanto, no penúltimo encontro do *Seminário VII - As Metas Morais da Psicanálise* - nos surpreende com a seguinte afirmação: “Aceito que o aspecto de rodeio, de nosso caminho, foi feito para aproximá-lo de *nossa ética, de nós analistas*” (1988, p.350, grifo nosso). E no último seminário dedicado a *Os Paradoxos da Ética ou Agistes em Conformidade com o teu Desejo?* afirma que essa ética da psicanálise “[...] não é uma questão fácil de sustentar. Pretendo que ela jamais foi colocada de maneira pura em outro lugar, e que não pode ser colocada senão no *contexto analítico*” (1988, p.377, grifo nosso).

Dessa maneira, parece que Lacan contrapõe “a ética do homem comum” (*ib.*, p. 271), a “ética tradicional” (*ib.*, p. 377), à uma ética do herói que expressa a “dimensão trágica da vida” (*ib.*, p. 376);

uma ética dos serviços dos bens, com certa depreciação do desejo, a uma ética centrada no desejo puro. Essas duas éticas estariam representadas na figura de Antígona e Creonte conforme a interpretação que Lacan nos oferece da tragédia de Sófocles.

Tal oposição, provavelmente mais didática do que real entre dois tipos de ética, suscitou reações entre os próprios ouvintes de Lacan a ponto deste sentir a necessidade de precisar seu pensamento: “Da última vez opus o herói ao homem comum, e alguém se ofendeu. Não os distingo como duas espécies humanas – em cada um de nós há a via traçada para um herói, e é justamente como homem comum que ele a efetiva. (*ib.*, p. 383).

Qual o verdadeiro sentido dessa resposta salomônica de Lacan? Talvez possamos encontrá-lo ao explicitar em que consiste essa ética do desejo em sua confrontação com a ética filosófica.

### 3. Ética Filosófica e Ética Psicanalítica

As referências filosóficas com as quais Lacan confronta sua ética da psicanálise são múltiplas e variadas. Referências mais recorrentes e extensas se concentram em três filósofos que Lacan privilegia: Aristóteles, Kant e Bentham, representantes de três paradigmas éticos: a ética do bem, do dever e do útil. Se acrescentarmos a crítica à ética do amor, de inspiração cristã, se fecha o quadro cultural que serve como fundo para destacar a ética do desejo da psicanálise.

Para perceber a novidade dessa ética – nos diz Lacan - nada melhor do que comparar ‘o ponto de vista psicanalítico sobre o desejo’ com o de Aristóteles na obra *A Ética a Nicômaco*. Tanto mais que é uma obra paradigmática e que ainda não perdeu sua atualidade teórica. Certos desejos que em Aristóteles não chegam a entrar no campo da moralidade, precisamente as anomalias monstruosas e bestiais que a experiência psicanalítica coloca em primeiro plano, permitem

perceber a ‘subversão’ de abordagem que ela proporciona (1988, pp.13-14).

A ética aristotélica é fruto de uma sociedade escravocrata e refletirá nela mesma essa dicotomia e subordinação dos escravos aos homens livres, das paixões e dos desejos aos ditames da reta razão. Ao mesmo tempo é filha de uma cosmovisão que torna o bem supremo – a *eudaimonia* - acessível, mesmo que para poucos, porque há uma ordem do mundo fiadora dessa aliança entre o bem e a felicidade. Está inscrito na Natureza (macrocosmo) e na psique do ser humano (microcosmo) um finalismo que leva a essa concordância ou que pelo menos a torna possível.

O mundo supra e sublunar de Aristóteles, porém, foi literalmente pelos ares com a astronomia moderna. Inicia-se uma dessacralização do Cosmo, um ‘desencatamento do mundo’, uma desconstrução de uma concepção hierárquica e harmônica dos seres, um certo divórcio entre o homem e o universo. Não é de estranhar, portanto, se Freud pode afirmar, em *O Mal-Estar na Civilização* e na seqüela de outros pensadores antes dele, que a felicidade não está inscrita na criação.

Segundo Lacan, foi Freud que mostrou ao homem a impossibilidade de alcançar seu próprio desejo, de não mais encontrar seu objeto, de ficar apenas com a infelicidade dessa procura, pois a natureza do desejo não é uma coisa simples’, nem ‘elementar’, nem ‘animal’, nem ‘inferior’, nem propriamente de ser ‘pleno de sentido’, ‘arquetipo’, ‘algo de natural’ ou ‘genético’, mas é da ordem do inconsciente. (Cf. Lacan 2005a, p.18).

A revolução operada por Freud no âmbito da moral consiste em mostrar que – “no nível do princípio do prazer não há Bem Supremo, que o Bem Supremo, que é *das Ding*, que é a mãe, o objeto de incesto, é um bem proibido e que não há outro bem” (*ib.*, p.90); que o prazer não é o soberano bem, tampouco é o que a moral recusa, que o bem não existe e que o soberano bem não poderia ser representado (Lacan 2005a, pp.34-35).

Em suma, o desejo, se situando além do instinto e aquém da demanda nada mais é do que a metonímia do discurso da demanda” (*ib.*, p. 352). É o que suporta essa metonímia, mas não se confunde com a demanda, pois “realizar seu desejo coloca-se sempre numa perspectiva de condição absoluta [...], numa perspectiva de Juízo final” (*ib.*, 353), numa relação do homem com sua própria morte “na medida em que é desejo de nada, relação do homem com sua falta a ser [...]” (*ib.*, p.357).

Nesse sentido, a demanda de felicidade do analisando, por exemplo, não pode ser atendida pelo analista seja porque ele não possui o Bem Supremo, seja porque ele sabe que não existe (*ib.*, p.359). O que ele possui e pode dar ao analisando é seu próprio desejo, um ‘desejo prevenido’, que ‘não pode desejar o impossível’ (*ib.*, p. 360). O fim da análise, inclusive didática, não pode desaguar, portanto, numa ‘racionalização moralizante’, numa pretensa ‘harmonização psicológica’, numa abolição da ‘antinomia’, do ‘dilaceramento’ de ser moral do homem submetido à instância moral do superego. Sempre é possível pensar na análise em função do que Lacan chama de ‘serviço dos bens’: “bens privados, bens de família, bens de casa, outros bens que igualmente nos solicitam, bens de ofício, da profissão, da Cidade” (*ib.*, p.363). Isso não implica que a psicanálise possa se tornar fiadora de um ‘devaneio burguês’ (*ib.*, p.364). Analisar-se é confrontar-se com a intransponível condição humana, com a ‘desolação’ e o desamparo, com o desejo, cuja função “deve permanecer numa relação fundamental com a morte” (*ib.*, p.364).

É nesse sentido, que a personagem Antígona é interpretada por Lacan como a personificação do desejo puro, uma heroína não a serviço dos deuses ou das leis não escritas, mas de sua paixão pelo irmão Polinice. Ao assumir seu destino paradoxal, torna-se uma “vítima tão terrivelmente voluntária” (*ib.*, p.300), marcada pela “morte invadindo o domínio da vida, a vida invadindo a morte” (*ib.*, p.301). É nessa

zona, nos diz Lacan, que ‘o raio do desejo’ se reflete e ao mesmo tempo se retrai, proporcionando “esse efeito tão singular, o mais profundo, que é o efeito do belo no desejo” (*ib.*, p.302), um efeito com ‘duas faces’, ao mesmo tempo apaziguador pela apreensão da beleza e ofuscante pela revelação da inacessibilidade desse aspecto absoluto do desejo, temperado, mas não eliminado na medida em que nenhum objeto pode detê-lo.

Voltando ao tema da ética da psicanálise e considerando que “a ética consiste essencialmente [...] num juízo sobre nossa ação” (*ib.*, p.373), Lacan tenta identificar o que podem ser considerados os critérios para julgá-la à luz da teoria psicanalítica. Certamente não se trata de propor “um retorno a nossos instintos como medida de nossa ação” (*ib.*, p.374) e sim um retorno ao sentido da ação. É isso que está subjacente à hipótese freudiana do inconsciente, isso é, que a ação do homem tem um sentido escondido que remete ao nosso desejo. Por isso, a psicanálise “escolhe como padrão de revisão da ética [...] a relação da ação com o desejo que a habita” (*ib.*, p.375). Nesse sentido, não se reduz a uma ‘ordenação ou arrumação’ de um ética de ‘serviço dos bens’, mas implica “uma dimensão trágica que se exerce no sentido do triunfo da morte” (*ib.*, p.376) ou, na ‘dimensão cômica’, no ‘fracasso fundamental’ de alcançar o desejo.

A ‘bússola’ psicanalítica para orientar a ação ética na sua dimensão trágica se reduz – nos diz Lacan (p.385) – a ‘três proposições’, mesmo que, logo em seguida, acrescente mais uma:

1. A única coisa da qual se pode ser culpado é de ter cedido de seu desejo.

2. Herói é aquele que pode impunemente ser traído.

3. A diferença entre o herói e o homem comum é que nesse último, a traição [do próprio desejo] o empurra para o serviço dos bens sem que possa reencontrar o que o orienta nesse serviço.

4. Não há outro bem a não ser o que pode servir para pagar o preço do acesso ao

desejo entendido como metonímia de nosso ser.

Essas orientações são ainda válidas para nosso mundo globalizado ou refletem o momento histórico específico em que foram formuladas?

#### 4. Uma Confrontação Histórico-Cultural

É verdade que uma obra pode ser lida e interpretada, numa abordagem estrutural, privilegiando o texto e desconsiderando o contexto. Acreditamos, porém, que uma contextualização, se não necessária, é certamente conveniente. No caso específico do *Seminário VII*, talvez seja mais fácil entender o espírito ‘revolucionário’, de ‘subversão’ que anima seu autor ao criticar o saber filosófico sobre ética e opor-lhe aquele da ‘novidade’ psicanalítica.

Os anos dourados da década 50-60 não são apenas da economia. São também da psicanálise francesa. “Nossos mais belos anos” como os apelidou a historiadora da psicanálise na França E. Roudinesco. Qual novo Sócrates, Lacan questiona não apenas o mundo da psicanálise, mas também o da psicologia, da psiquiatria e da própria filosofia. É verdade que num primeiro momento se apoiou sobre a filosofia para introduzir no discurso psicanalítico a questão do sujeito. No decorrer da década de cinquenta, porém, assume cada vez mais a postura de um *antifilósofo* e com relação ao movimento psicanalítico, propõe o famoso ‘retorno a Freud’ se contrapondo à IPA e precipitando o que ele considerou sua expulsão dessa Organização Internacional.

Se confrontarmos esse contexto sócio-político-cultural com o nosso contemporâneo, a despeito de muitas semelhanças, também é possível reconhecer substanciais mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais que repercutem sobre subjetividades individuais, grupos sociais, estados, blocos político-econômicos.

A segunda metade do século XX não mudou apenas a geografia (descolonização) ou a geopolítica (primazia norte-

americana), mas também a economia e a cultura. Macro-mudanças político-econômico-culturais desaguararam no fenômeno complexo e ambivalente da globalização, gerando uma sociedade de consumidores e excluídos, de arrivistas e párias, turistas e vagabundos, de refugos humanos na expressão de Z. Bauman (1998; 2005).

De um ponto vista cultural, a modernidade cedeu cada vez mais espaço para a chamada pós-modernidade, modernidade líquida (Bauman, 2001), modernidade tardia, modernidade reflexiva, supermodernidade, multiculturalismo. Com o desaparecimento ou pelo menos enfraquecimentos dos grandes referenciais teóricos das religiões tradicionais e das ideologias fortes que, bem ou mal, nortearam o comportamento de indivíduos, povos e nações, as figuras de autoridade que outrora garantiam a proteção em troca da sujeição mudaram.

Esse novo quadro sócio-político-econômico gerou em nível individual diversos transtornos psicológicos como toxicomanias, síndrome do pânico, distúrbios alimentares, depressões, dismorfofobias, etc. (Bauman, 1998; Birman, 1999). Em nível de sintoma cultural, um mal-estar que hoje atende pelo nome de terrorismo, explosão da violência urbana, abusos dos donos do poder com ideologias de guerras preventivas, degradação ambiental, enfim, uma série de problemas decorrentes de um ‘só mundo’, uma ‘só atmosfera’, um ‘só direito, uma só comunidade’ (Singer, p.2004).

Diante desse quadro, se sustenta ainda a ética do desejo? Penso que sim e por várias razões, mas com algumas ressalvas:

1. A ética do desejo pode ser entendida como uma forma de resistência à crescente massificação da sociedade, à ditadura do consumo, à mistificação cientificista de uma vontade de saber. Segundo as palavras de Lacan (1988, pp.388-389)

Creio que ao longo desse período histórico, o desejo do homem, longamente apalpado, anestesiado, adormecido pelos moralistas, domesticados por educadores,

traído pelas academias, muito simplesmente refugiou-se, recalçou-se na paixão mais sutil, e também a mais cega, como nos mostra a história de Édipo, a paixão do saber. É essa que está tendo um andamento que ainda não deu sua última palavra.

2. Penso que o convite lacaniano de não a obedecer ao “imperativo do superego, paradoxal, mórbido, semi-inconsciente” e sim àquele do desejo é um convite a superar o moralismo dominante e se abrir para a criatividade subjetiva, responsabilizando-se, portanto, por uma ética e uma estética da existência.

3. Tal ética do desejo não pode confundir-se com uma ética das perversões e do livre gozo. Lacan nos lembra o assujeitamento intransponível de cada um ao inconsciente, às pulsões, ao desejo, à falta que nos habita o que inviabiliza qualquer projeto terapêutico ou existencial que vise uma harmonização interior e social que atenda pelo nome de felicidade.

4. O mérito de Lacan foi se perguntar pelo sentido do trágico num mundo onde os deuses antigos desapareceram. Retoma o mito do assassinado do Pai primevo, que Freud inventou e propôs para o homem moderno, para se engajar com Freud na solução do seguinte paradoxo: ‘se Deus está morto, nada mais nos é permitido’. Quanto mais o desejo se torna imperioso e livre, tanto mais a interdição é necessária (2005a, p.30). O mito freudiano que nos fala da morte de Deus, portanto, não liberta o homem da figura do pai, mas evidencia que a interdição que se abate sobre o desejo é estrutural. O declínio do complexo de Édipo, o luto do Pai tem uma seqüela permanente: o surgimento do superego.

No entanto, a despeito dessas considerações positivas com relação à “ética do desejo”, duas observações ou duas dúvidas me parecem pertinentes.

A primeira: houve na segunda parte do século XX uma ‘psicanálise real’ que pareceu - não apenas aos não iniciados, mas aos próprios psicanalistas - uma atividade clínica fechada sobre si mesma e pouco aberta ao que Freud chamava de psicanálise

aplicada, isto é, à psicanálise do social e do político. Não é preciso recorrer à rotulação comunista da psicanálise como “ciência burguesa” para não perceber que, atrelada à demanda de singularização dos analisandos, se encontra também a ideologia capitalista de um individualismo descomprometido com o social e o político. Como traduzir essa ética do desejo, hoje, num mundo que pede uma ética da globalização? (Singer, 2004). Essas inquietações com relação a uma prática psicanalítica ingenuamente desvinculada do social e político ou quanto à necessidade dos psicanalistas repensarem sua teoria e sua prática para dar conta dos sintomas sociais e subjetivos do mal-estar da e na globalização conseguiram uma mobilização entre vários psicanalistas, a qual se concretizou na autoconvocação dos Estados Gerais da Psicanálise (Paris, 2000; Rio de Janeiro, 2003).

A segunda: não sei até que ponto é possível, de fato, fundamentar uma ética sobre o desejo. Fazemos nossa a dúvida de Maria Rita Khel (Folha de São Paulo em 09.05.98) ao se indagar:

[...] será que o desejo, pedra fundamental do pensamento psicanalítico, marca da singularidade do sujeito, pode ser a origem de uma ética para o nosso tempo? Ou será que uma ética só pode se fundar, não contra o desejo [...] mas apesar dele? Neste caso, os psicanalistas não teriam muito a dizer a respeito a não ser como homens de bem.

Essa dúvida, por sinal, é do próprio Lacan ao desconfiar da pretensa ‘novidade’ de uma ética da psicanálise. A aula inaugural, de fato, se encerra com o pressentimento de que sua reflexão não representa a última palavra sobre o que a ética da psicanálise pode fornecer à civilização e seu mal-estar. “Devemos talvez fazer o luto de toda e qualquer inovação efetiva no âmbito da ética” (1988, p.25).

Para concluir, penso que os ideais éticos psicanalíticos apontados por Lacan na aula inaugural do *Seminário VII* são de mais fácil compreensão e certamente continuam válidos. A saber:

1. O do amor humano, que não pode ser reduzido a uma ‘genitalização do desejo’, um ‘amor-médico’, ‘higiene do amor’ ou ‘união monogâmica’ (1988, p.17-18).

2. O da autenticidade que não se reduz apenas a uma ‘técnica de desmascaramento’, de simples desobstrução de caminhos, mas que aponta para uma ‘ciência das virtudes’, para um ideal de comportamento onde ‘espera-se que o que se chama virtude venha a florescer’ (1988, p.19).

3. O de não dependência ou “mais exatamente, de uma espécie de profilaxia da dependência” (1988, p.19), de uma ‘ortopedia’, o que evidencia a novidade da psicanálise com relação ao que as éticas anteriores disseram sobre o tema de hábito e do caráter.

Especialmente com relação a esse último ideal, apelando mais à função

fraterna (Kehl 2000) do que àquela paterna, sonho com uma parceira intelectual entre filósofos e psicanalistas para nos ajudar a sair da servidão voluntária de que falava Etienne De La Boétie (2003), já no séc. XVI, ou do “pacto masoquista” como Joel Birman (2006) traduz no vocabulário da psicanálise essa submissão dos sujeitos em troca de amor e proteção. Sabemos que o sentimento de desamparo, numa linguagem psicanalítica, e de finitude, numa linguagem filosófica, que nos levam a sacrificar nossa liberdade por segurança, é intransponível, o que não nos impede de caminharmos na direção de uma vida ética onde desejo e razão possam conviver mais democraticamente não apenas como possibilidade aberta a alguns poucos homens ‘magnânimos’ ou ‘psicanalizados’, mas como conquista permanente de nossa cultura.

## Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt (1988). *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Tradução de Mauro e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Vidas Desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BIRMAN, Joel (2006). “A Servidão”. In: *Arquivos do Mal-Estar e da Resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp.17-32.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Mal-Estar na Atualidade: A Psicanálise e Novas Formas de Subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FREUD, Sigmund (1929). “O Mal-Estar na Civilização”. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago.
- KEHL, Maria R.(2000). *Função Fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- LACAN, Jacques (1985) *O Seminário, Livro XX, Mais Ainda*. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985
- \_\_\_\_\_. (1988). *O Seminário, Livro 7, A Ética da Psicanálise*. Tradução de Antônio Quinet. Rio de Janeiro: Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2005a). “Freud, No que se Refere à Moral, Dá o Peso Correto”. In: *O Triunfo da Religião, Precedido de Discurso aos Católicos*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp.13-36.
- \_\_\_\_\_. (2005b). “A Psicanálise é Constituinte da Ética Exigida pelo Nosso Tempo?” In: *O Triunfo da Religião, Precedido de Discurso aos Católicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp.37-54.
- DE LA BOÉTIE, Etienne (2003). *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: RT.
- ROUDINESCO, Elisabeth (1994). *Jacques Lacan: Esboço de uma Vida. História de um*

*Sistema de Pensamento*. Tradução de Paulo Neves. S. Paulo: Companhia das Letras.